



Diário Oficial
Municípios de Santa Catarina

Terça-feira, 26 de maio de 2026 às 11:17, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

Nº 8367865: EDITAL DE PREGÃO ELETRICISTA 30 PL 93

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Ibiam

MUNICÍPIO

Ibiam



<https://diariomunicipal.sc.gov.br/?q=id:8367865>

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
<https://diariomunicipal.sc.gov.br>



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026

O MUNICÍPIO DE IBIAM, Estado de Santa Catarina, CNPJ 01.612.745/0001-74, representado por seu Prefeito Municipal CAMILO CEZAR MINOSSO GATTI, **TORNA PÚBLICO** que fará realizar licitação pública, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** e que será regida pela Lei n.14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal n. 4499/2025, LC 123/06, também atualizada. Com objeto de **Registro de Preços para contratação de profissional eletricitista habilitado, na condição de Microempreendedor Individual (MEI) ou pessoa física legalmente habilitada, para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalações, reparos, adequações, ampliações e atendimentos emergenciais em sistemas elétricos, a serem realizados nos prédios, equipamentos, vias públicas e demais espaços pertencentes ou utilizados pelo Município de Ibiã/SC, conforme o Termo de Referência (anexo I).**

Senhor Licitante,

Para formação da proposta de preço e inserção no sistema COMPRAS.GOV.BR, V.S.^a deverá basear-se exclusivamente nas informações do Edital, especialmente nas especificações técnicas do objeto e demais condições do Anexo I – Termo de Referência, desconsiderar as especificações do sistema. O sistema COMPRAS.GOV.BR é apenas a plataforma utilização para realização da sessão pública.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 do dia 12/06/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08:45 horas do dia 12/06/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:45 horas do dia 12/06/2026.
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

PLATAFORMA ELETRÔNICA: www.comprasnet.gov.br

USASG: 980920

VALOR MÍNIMO DE LANCE: R\$ 0,01 (um centavo).

Formalização de consultas/encaminhamentos:

LOCAL: Sede da Prefeitura Municipal de Ibiã





ENDEREÇO: Travessa Leoniza Carvalho de Agostini, 20 – Centro, Município de Ibiã – Santa Catarina, CEP: 89652-000.

Pregoeiro: Fernando Caon.

E-mail: fernando.caon@ibiam.sc.gov.br ou licita@ibiam.sc.gov.br

Telefone: (49) 35340044 ou (49) 92001-3328

1. DO OBJETO

A presente licitação tem por objetivo, **Registro de Preços para contratação de profissional eletricitista habilitado, na condição de Microempreendedor Individual (MEI) ou pessoa física legalmente habilitada, para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalações, reparos, adequações, ampliações e atendimentos emergenciais em sistemas elétricos, a serem realizados nos prédios, equipamentos, vias públicas e demais espaços pertencentes ou utilizados pelo Município de Ibiã/SC, no Termo de Referência conforme Anexo I- deste Edital.**

2- PARTICIPAÇÃO

2.1 - A presente licitação é destinada exclusivamente à participação de Microempreendedor Individual (MEI) e pessoa física legalmente habilitada para a execução do objeto.

Poderão participar do presente Pregão Eletrônico **apenas MEI e pessoas físicas**, desde que atendam a todas as exigências deste edital, inclusive quanto à documentação de habilitação, e estejam devidamente cadastradas junto ao sistema eletrônico (COMPRAS.GOV.BR).

2.1.1 - Justificativa para Restrição da Participação

Considerando a natureza do objeto, caracterizado como serviço comum, de baixa complexidade técnica e executado de forma individualizada, por demanda e sem dedicação exclusiva, conclui-se que a execução dos serviços de eletricitista não exige estrutura empresarial complexa ou equipe técnica ampliada.

Verifica-se, ainda, que, no mercado local e regional, tais serviços são predominantemente ofertados por profissionais autônomos (pessoa física) e Microempreendedores Individuais (MEI), sendo esta a forma mais usual de prestação desse tipo de serviço à Administração Pública.

A exigência de participação de empresas de maior porte mostrar-se-ia desproporcional ao objeto, podendo, inclusive, restringir a competitividade e afastar potenciais interessados, em afronta aos princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.





Dessa forma, a limitação da participação a pessoa física e Microempreendedor Individual (MEI) encontra-se devidamente justificada sob os aspectos técnico, econômico e de interesse público, atendendo ao disposto nos arts. 11, 18 e 23 da Lei nº 14.133/2021.

2.2 - Não será admitida nesta Licitação a participação de:

- a) Estrangeiras que não funcionem no País.
- b) Declaradas inidôneas por Ato do Poder Público de Ibiã, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública Municipal ou quaisquer de seus órgãos descentralizados
- c) que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da lei nº 14.133, de 2021;

2.3 - A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

2.4 - Como requisito para participação no Pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3 - REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do Pregão, a licitante deverá se credenciar no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO”, através do site www.comprasnet.gov.br.

3.1.1 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.2 - O credenciamento da licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.2 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da Licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Ibiã, promotor da Licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS





4.1 - A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, contendo **especificações, valor unitário** e demais informações necessárias.

4.1.1 - A proposta de preços será formulada e enviada em formulário específico, **exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.**

4.1.2 - Não se aplicam ao presente certame os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 relativos às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), tendo em vista que a participação está restrita exclusivamente a Microempreendedor Individual (MEI) e pessoa física.

4.2 - A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como sua declaração e os lances inseridos durante a Sessão Pública.

4.3 - Incumbirá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico.

4.4 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

a) Preço unitário para o item e total em moeda corrente nacional, em algarismos e com no máximo **duas casas decimais após a vírgula;**

b) Especificações detalhadas do objeto ofertado, consoante as exigências.

c) Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação;

d) Fica estabelecido em sessenta dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da Sessão. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

4.5 - Poderão ser admitidos pelo Pregoeiro erros de naturezas formais, desde que não Comprometam o interesse público e da Administração.

5 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO

5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.gov.br/compras/pt-br.

5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.





5.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.

- a) O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- b) Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6 - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

6.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.3. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.5. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.6. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.7. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras/pt-br.

6.8. Neste Pregão o modo de disputa adotado é o Aberto.

6.9. A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.





6.10. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$2,00 (dois reais) tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

7 – DO MODO DE DISPUTA ABERTO

7.1 - No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.2- A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.3- Na hipótese de não haver novos lances a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.4- Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto.

7.5- A etapa de envio de lances na Sessão Pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da Sessão Pública.

7.6 - Em caso de empate entre propostas, serão adotados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

7.7- Não verificada a hipótese de empate previsto na legislação ou não exercido o direito, será classificada em 1º lugar a proposta originalmente Vencedora do Certame.

8 – DA NEGOCIAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes

9 – DO JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS





9.1 – Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para contratação, podendo realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e verificará o atendimento das condições de habilitação.

9.2 - Encerrado o julgamento das propostas, será solicitada a PROPONENTE VENCEDORA, pelo pregoeiro, no sistema Comprasnet para que seja anexada a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO NO PRAZO MÍNIMO DE 02 (duas) HORAS.

9.3 - De acordo com o art. 63, inciso II c/c com o art. 17, § 1º da Lei 14.133/2021, por não se tratar de inversão de fases, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor na fase de habilitação, as quais deverão ser enviadas no prazo mínimo de 2 (duas) horas, após o envio de mensagem do(a) pregoeiro(a) via sistema.

9.4 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários a confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado, via sistema, a encaminhá-los, em formato digital, no prazo mínimo de 2 (duas horas).

9.5 - Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará a licitante Vencedora.

9.6 – Na hipótese da proposta ou do lance de menor preço não ser aceito, ou se a licitante Vencedora desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

9.7 – Sendo suscitada alguma dúvida quanto ao objeto proposto pela licitante Vencedora, em razão das especificações indicadas na proposta, o Pregoeiro poderá solicitar a licitante declaração expedida pela empresa, de que o objeto possui as características indicadas na proposta, como condição necessária para adjudicação do objeto.

9.8 – A licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito à desclassificação do item proposto.

10 - HABILITAÇÃO

A habilitação da licitante Vencedora será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

10.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:





- a) Para Microempreendedor Individual (MEI):
 - Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI);
- b) Para pessoa física:
 - Documento oficial de identificação com foto (RG e CPF ou equivalente);
- c) Consulta aos cadastros de sanções (CNJ e TCU).
- d) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- e) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.
- f) Declaração situação do fornecedor no SICAF.

10.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) **Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais** e à Dívida Ativa da União;
- b) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**;
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- d) Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**.
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- f) Declaração Unificada (*anexo III*).

10.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

- a) Comprovação de aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto, mediante:

Atestado de capacidade técnica; OU

Comprovação de experiência profissional na área elétrica;





b) Comprovação de qualificação técnica na área elétrica (curso, certificado ou experiência comprovada);

c) Comprovação de conhecimento e capacitação nas normas de segurança aplicáveis à execução dos serviços, especialmente:

- **NR-10** – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- **NR-35** – Trabalho em Altura, quando houver execução de serviços acima de 2 (dois) metros;

10.4 - DA PARTICIPAÇÃO

A participação no presente certame é restrita a Microempreendedor Individual (MEI) e pessoa física legalmente habilitada, conforme disposto neste edital.

Não se aplicam ao presente procedimento os benefícios previstos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, tendo em vista a natureza específica da contratação.

11- DO ENVIO DOS DOCUMENTOS

11.1 Para habilitação, as empresas interessadas em participar do pregão deverão anexar no sistema **COMPRASNET**, em local próprio para documentos, toda a documentação de habilitação. Sendo que a documentação anexada evitará a necessidade de envio da mesma por e-mail, bem como trará agilidade na verificação de habilitação das empresas vencedoras.

11.2 Os documentos na forma prevista neste Edital deverão ser inseridos no sistema www.comprasnet.gov.br, juntamente com a proposta. **Obs. Anexar em arquivo único e de preferência em sequência conforme edital.**

11.3 Não serão aceitos documentos com prazo de validade vencido.

11.4 Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão.

11.5 As declarações assinadas deverão ser realizadas preferencialmente na forma digital.

11.6 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções administrativas deste Edital, podendo o (a) Pregoeiro (a) convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.





12 – DO PREENCHIMENTO DAS PROPOSTAS

12.1 - A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no Sistema eletrônico, dos seguintes campos:

12.2 -PREÇO POR ITEM.

12.3 - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de validade ou de garantia; e número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

12.4 A proposta deverá conter PREÇO POR ITEM, ou seja, a multiplicação da quantidade estimada do item pelo respectivo preço unitário (conforme a unidade e a quantidade mencionada abaixo), expresso em reais, sendo o total com 02 (duas) casas decimais, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.

12.5 Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

12.6 Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes nos preços totais ofertados até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula.

12.7 A licitante deverá considerar, para formulação de sua proposta, as seguintes condições.

12.8 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

12.9 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

12.10 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, não serão passíveis de alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12.11 O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

13 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO





13.1 – As Impugnações ao Ato Convocatório do Pregão serão recebidas até três dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico.

13.1.1 – Caberá ao Pregoeiro, encaminhar a autoridade competente que decidirá sobre a Impugnação no prazo de três dias úteis.

13.1.2 – Deferida a Impugnação contra o Ato Convocatório, poderá ser designada nova data para a realização do Certame.

14 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1 - Declarado o vencedor, será concedido o prazo de no mínimo 10 (dez) minutos para manifestação de intenção de recurso em campo próprio do sistema.

14.2 - A licitante que manifestar a intenção de Recurso e a mesma ter sido aceita pelo Pregoeiro, disporá do prazo de três dias úteis para a apresentação das Razões do Recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as Contrarrazões em igual número de dias.

14.3 - O Recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

14.4 - O acolhimento do Recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.5 - Não serão conhecidos os Recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou entregues pessoalmente.

14.6 - Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos desta Licitação, a Licitante que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de Recurso.

15 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

15.2 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.





15.3 – Quando houver erro na aceitação da proposta melhor classificada ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar o atendimento às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda às condições do edital, podendo negociar com o licitante para obtenção de melhor preço, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

15.4 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.5 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15.6 - A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Portal de Compras Públicas, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

16 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE

16.1 A presente Ata de Registro de Preços entra em vigor na data de sua assinatura, com vigência 01 (um) ano a partir da data de assinatura. Conforme O art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023 possibilitou a prorrogação da vigência da ata de registro de preços, dessa forma, sua vigência inicial é de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 2 (dois) anos de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

17.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinatura da Ata de Registro de Preços, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo (s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

17.3. A assinatura deverá ser realizada preferencialmente na forma digital.

17.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio





eletrônico, para que seja assinada e devolvida dentro do prazo previsto no item 17.1, contado da data de seu recebimento.

17.5. Para fins de formalização da Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhar previamente à licitante vencedora a minuta do documento para análise e conferência.

17.5.1. A licitante deverá manifestar-se quanto ao conteúdo da minuta, confirmando seu aceite ou apresentando eventuais apontamentos, no prazo estabelecido pela Administração, de forma a não prejudicar o andamento do processo.

17.5.2. Após a confirmação do aceite da minuta, considerando que a licitante já teve prazo prévio para análise e conferência do conteúdo do instrumento, o documento será encaminhado para assinatura, devendo ser devolvido devidamente assinado, por meio digital, no mesmo dia do seu recebimento, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Administração.

17.5.3. O não atendimento injustificado às comunicações da Administração ou o descumprimento dos prazos estabelecidos poderá ser caracterizado como recusa injustificada à assinatura da Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente, sujeitando a licitante às sanções previstas neste Edital.

17.6. Na hipótese de o licitante vencedor não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar, de forma expressa ou tácita, a assinar a Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente, inclusive mediante o não atendimento aos prazos e comunicações da Administração, esta poderá, respeitada a ordem de classificação, convocar outro licitante, após a verificação do atendimento aos requisitos de habilitação, análise da proposta e eventual negociação, para proceder à assinatura da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis ao licitante desistente

18. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 – O Município efetuará o pagamento do objeto desta Licitação, a licitante Vencedora, mediante apresentação das faturas seguindo o Decreto Municipal 4499/2025.

18.2 - As despesas decorrentes da execução do objeto da presente Licitação correrão às dotações da Lei Orçamentária.

18.3 - Encargos Previdenciários

A Administração Municipal efetuará o recolhimento da contribuição previdenciária patronal correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o valor bruto dos serviços prestados, quando o contratado for Microempreendedor Individual (MEI) ou pessoa física, bem como





procederá às retenções legais cabíveis, nos termos da legislação previdenciária vigente e conforme orientação da assessoria jurídica do Município.

Os valores relativos aos encargos previdenciários não integram o valor da proposta do contratado, sendo suportados diretamente pela Administração, conforme disposições legais aplicáveis.

19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

19.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

19.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

19.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

19.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

19.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

19.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

19.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

19.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

19.1.6. fraudar a licitação;

19.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

19.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

19.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

19.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;





19.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

19.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

19.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

19.2.1. advertência;

19.2.2. multa;

19.2.3. impedimento de licitar e contratar e

19.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

19.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

19.3.2. as peculiaridades do caso concreto

19.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

19.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

19.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

19.4.1. Para as infrações previstas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

19.4.2. Para as infrações previstas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8, a multa será de 15% a 20% do valor do contrato licitado.

19.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

19.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.





19.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo ao qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

19.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **19.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

19.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.





19.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

19.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

19.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

19.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

20 - DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - É facultado ao Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da Licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

20.2 - Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidos à Administração Municipal no endereço anteriormente citado, ou pelo telefone (49) 35340044, com o Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores do Município.

20.3 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

20.4 - No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da Licitação;
- b) anulada ou revogada no todo ou em parte.





20.5- O Foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente Licitação é o da Comarca de Tangará, SC, excluído qualquer outro.

Ibiã – SC, 26 de maio de 2026.

21 – Fazem parte do presente Edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Estudo Técnico Preliminar;

Anexo III - Modelo de Proposta de Preços;

Anexo IV- Declaração Unificada;

Anexo V – Minuta da Ata de Registro de Preço;

CAMILO CEZAR MINOSSO GATTI
PREFEITO MUNICIPAL

André Luiz Simioni
Procurador Geral do Município – OAB/SC 45097



**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA****1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO**

- **Órgão/Entidade Demandante:** Prefeitura Municipal de Ibiã/SC
- **Unidade Requisitante:** Secretaria De Infraestrutura, Obras E Transportes
- **Processo Administrativo nº:** /2026
- **Modalidade de Contratação:** Pregão Eletrônico
- **Fundamento Legal:** Lei nº 14.133/2021

2. DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para contratação de profissional eletricista habilitado, na condição de Microempreendedor Individual (MEI) ou pessoa física legalmente habilitada, para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalações, reparos, adequações, ampliações e atendimentos emergenciais em sistemas elétricos, a serem realizados nos prédios, equipamentos, vias públicas e demais espaços pertencentes ou utilizados pelo Município de Ibiã/SC.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	TIPO DO ITEM	UNIDA DE DE MEDID A	QUANTIDA DE	PREÇO UNITÁRIO DE REFERÊN CIA	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços de eletricista habilitado, a ser executada por Microempreendedor Individual (MEI) ou pessoa física legalmente habilitada, para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalações,	SERVIÇO	HORAS	200	R\$ 58,15	R\$11.630,00





reparos, adequações, ampliações e atendimentos emergenciais em sistemas elétricos dos prédios, equipamentos, vias e espaços públicos municipais, conforme demanda das Secretarias Municipais e observância das normas técnicas vigentes.						
--	--	--	--	--	--	--

3. A JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir o pleno funcionamento, a segurança e a adequada manutenção das instalações elétricas dos prédios, equipamentos, vias públicas e demais espaços pertencentes ou utilizados pelo Município de Ibiã/SC.

As atividades relacionadas aos serviços elétricos são essenciais para o funcionamento contínuo das unidades administrativas, educacionais, de saúde, assistenciais, esportivas e demais estruturas públicas, sendo indispensáveis para assegurar a prestação eficiente dos serviços públicos à população.

Destaca-se que o Município não dispõe, em seu quadro permanente de servidores, de profissional eletricista habilitado, o que inviabiliza a execução direta dos serviços, tornando necessária a contratação de profissional externo devidamente qualificado.

A contratação abrange serviços de manutenção preventiva e corretiva, reparos emergenciais, adequações técnicas, substituição de componentes, novas instalações e ampliações de sistemas elétricos, atividades que exigem conhecimento técnico especializado e observância rigorosa das normas de segurança, especialmente as normas da ABNT e a Norma Regulamentadora NR-10.

Ressalta-se ainda que a natureza das demandas é variável e imprevisível, não sendo possível estimar com exatidão a quantidade de serviços que serão necessários ao longo do período contratual. Dessa forma, a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se a solução mais adequada, permitindo à Administração maior flexibilidade na contratação, com pagamento apenas pelos serviços efetivamente executados, evitando gastos desnecessários e promovendo a economicidade.





Além disso, a contratação possibilita atendimento ágil às demandas emergenciais, reduzindo riscos de acidentes elétricos, prevenindo danos ao patrimônio público e evitando interrupções nos serviços essenciais prestados à população.

3.1 Justificativa para Restrição da Participação a MEI e Pessoa Física

Considerando a natureza do objeto, caracterizado como serviço comum, de baixa complexidade técnica e executado de forma individualizada, por demanda e sem dedicação exclusiva, conclui-se que a execução dos serviços de eletricitista não exige estrutura empresarial complexa ou equipe técnica ampliada.

Verifica-se, ainda, que, no mercado local e regional, tais serviços são predominantemente ofertados por profissionais autônomos (pessoa física) e Microempreendedores Individuais (MEI), sendo esta a forma mais usual de prestação desse tipo de serviço à Administração Pública.

A exigência de participação de empresas de maior porte mostrar-se-ia desproporcional ao objeto, podendo, inclusive, restringir a competitividade e afastar potenciais interessados, em afronta aos princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a limitação da participação a pessoa física e Microempreendedor Individual (MEI) encontra-se devidamente justificada sob os aspectos técnico, econômico e de interesse público, atendendo ao disposto nos arts. 11, 18 e 23 da Lei nº 14.133/2021.

4. DA DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

A presente contratação tem por finalidade a prestação de serviços de eletricitista habilitado, a serem executados por Microempreendedor Individual (MEI) ou pessoa física legalmente habilitada, para atender às demandas do Município de Ibiã/SC, de forma contínua e sob demanda.

Os serviços compreenderão, de forma exemplificativa, mas não se limitando a:

- a) Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva em instalações elétricas de baixa tensão, visando garantir o pleno funcionamento dos sistemas elétricos existentes;
- b) Realização de reparos emergenciais em casos de falhas, curtos-circuitos, quedas de energia, sobrecargas, mau funcionamento de equipamentos ou quaisquer situações que ofereçam risco à segurança ou comprometam a continuidade dos serviços públicos;





- c) Instalação, substituição e adequação de componentes elétricos, tais como fiações, cabos, disjuntores, tomadas, interruptores, luminárias, reatores, refletores, quadros de distribuição e demais dispositivos elétricos;
- d) Execução de novas instalações elétricas, ampliações e adequações em prédios públicos, vias e demais espaços utilizados pela Administração Municipal;
- e) Montagem, instalação, manutenção e desmontagem de sistemas elétricos provisórios para eventos promovidos, apoiados ou realizados pelo Município, incluindo iluminação temporária, pontos de energia e quadros de distribuição;
- f) Realização de testes, inspeções e diagnósticos em sistemas elétricos, com identificação de falhas e proposição de soluções técnicas adequadas;
- g) Acompanhamento técnico e apoio na execução de serviços relacionados à área elétrica, quando solicitado pela Administração;
- h) Execução de desligamentos e religações de sistemas elétricos, quando necessário, observando os procedimentos de segurança;
- i) Atendimento às demandas programadas e emergenciais, mediante solicitação da Administração, devendo o contratado apresentar disponibilidade para pronto atendimento, especialmente em situações que envolvam risco à segurança ou interrupção de serviços essenciais.
- j) A execução dos serviços ocorrerá por meio de ordem de serviço ou solicitação formal, devendo o contratado registrar as horas trabalhadas para fins de controle e pagamento.
- k) Os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de até **24 (vinte e quatro) horas** após a solicitação da Administração.
- l) Em casos emergenciais, o atendimento deverá ocorrer no prazo máximo de até **03 (três) horas**, a contar da solicitação.
- m) Os serviços deverão ser executados em todos os prédios, equipamentos, vias públicas e demais espaços pertencentes ou utilizados pelo Município, abrangendo todas as Secretarias Municipais, bem como em locais onde ocorram eventos promovidos, apoiados ou realizados pela Administração Municipal.
- n) A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as normas técnicas vigentes, especialmente as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, a Norma Regulamentadora NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade e NR-35 –





Trabalho em Altura, quando houver execução de serviços acima de 2 (dois) metros bem como demais legislações aplicáveis.

o) Os serviços serão prestados por hora trabalhada, conforme necessidade da Administração, não havendo obrigatoriedade de contratação da totalidade das horas estimadas.

p) O contratado será responsável pela utilização de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, bem como pelo fornecimento e uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), garantindo a segurança na execução das atividades.

5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços entra em vigor na data de sua assinatura, com vigência de 01 (um) ano, a partir da data de assinatura. Conforme o art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023, é possível a prorrogação da vigência da ata de registro de preços. Dessa forma, sua vigência inicial é de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até o limite de 02 (dois) anos de vigência, desde que comprovada a vantajosidade dos preços.

6. DO LOCAL DE ENTREGA OU PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados nos prédios, equipamentos, vias públicas e demais espaços pertencentes ou utilizados pelo Município de Ibiã/SC, abrangendo todas as Secretarias Municipais, incluindo, mas não se limitando, às unidades administrativas, educacionais, de saúde, assistenciais, esportivas, culturais e operacionais.

A execução dos serviços ocorrerá conforme demanda da Administração Municipal, mediante solicitação prévia do setor competente, podendo ser realizada tanto em locais previamente definidos quanto em outros que venham a ser indicados durante a vigência da contratação, de acordo com as necessidades do Município.

Os atendimentos deverão ser realizados diretamente nos locais onde se verificarem as necessidades, incluindo áreas urbanas e rurais do Município.

Nos casos de serviços relacionados a eventos promovidos, apoiados ou realizados pela Administração Municipal, a prestação poderá ocorrer em locais diversos, previamente informados ao contratado.

7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO





O recebimento dos serviços será realizado pelo fiscal do contrato, designado pela Administração Municipal, observando-se as disposições deste Termo de Referência e da legislação vigente.

O objeto será recebido da seguinte forma:

a) Recebimento provisório:

Dar-se-á após a execução dos serviços, mediante verificação preliminar pelo fiscal do contrato, quanto à conformidade com as solicitações realizadas, podendo ocorrer de forma imediata após a conclusão dos serviços ou mediante análise do relatório apresentado.

b) Recebimento definitivo:

Ocorrerá após a verificação detalhada da qualidade dos serviços executados, da conformidade com as especificações técnicas, bem como da regularidade das informações constantes no relatório de serviços, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório.

Da forma de medição dos serviços:

- a) Os serviços serão remunerados por hora efetivamente trabalhada;
- b) O tempo de deslocamento não será computado;
- c) Será considerada fração mínima de **1 (uma) hora**, sendo as frações posteriores proporcionais;
- d) Não haverá diferenciação de valores para serviços realizados em período noturno, finais de semana ou feriados;
- e) O controle das horas será realizado por meio de **relatório de execução ou ordem de serviço**, contendo:
 - data
 - local
 - horário início/fim
 - descrição do serviço
 - assinatura do fiscal
- f) Em atendimentos emergenciais, a medição ocorrerá com base no tempo efetivamente executado;
- g) O prazo de atendimento emergencial de até **3 horas** aplica-se a área urbana e rural.





Os serviços somente serão considerados recebidos definitivamente após a verificação de sua conformidade com as especificações técnicas, normas vigentes e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Caso sejam constatadas irregularidades, falhas ou execução em desacordo com o solicitado, o contratado será notificado para realizar as correções necessárias, no prazo estabelecido pela Administração, sem ônus adicional.

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do contratado pela qualidade dos serviços prestados, nem a responsabilidade por eventuais vícios ou defeitos identificados posteriormente.

O pagamento ficará condicionado ao recebimento definitivo dos serviços, bem como à apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, no instrumento contratual e na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021, cabendo-lhe, dentre outras, as seguintes responsabilidades:

- a) Executar os serviços de forma adequada, eficiente e com qualidade, em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e nas normas técnicas vigentes;
- b) Cumprir rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT e a Norma Regulamentadora NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- c) Disponibilizar profissional devidamente qualificado e habilitado para a execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela sua atuação;
- d) Atender às solicitações da Administração Municipal dentro dos prazos estabelecidos, inclusive em situações emergenciais, quando caracterizada a urgência;
- e) Executar os serviços nos locais indicados pela Administração, incluindo áreas urbanas e rurais do Município;
- f) Utilizar ferramentas, equipamentos e materiais básicos necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, garantindo a qualidade e segurança das atividades;





- g) Fornecer, utilizar e manter em boas condições os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários à execução dos serviços, garantindo o cumprimento das normas de segurança do trabalho;
- h) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao patrimônio público ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços, por dolo ou culpa;
- i) Refazer, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com as especificações ou que apresentarem defeitos, falhas ou vícios, no prazo estabelecido pela Administração;
- j) Manter, durante toda a vigência da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- k) Apresentar, mensalmente ou sempre que solicitado, relatório detalhado dos serviços executados, contendo datas, locais, descrição das atividades e quantitativo de horas trabalhadas;
- l) Emitir a respectiva nota fiscal ou documento equivalente, conforme legislação aplicável, para fins de pagamento;
- m) Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto, exceto aqueles de responsabilidade expressa da Administração no caso de contratação de pessoa física;
- n) Manter disponibilidade para atendimento durante toda a vigência contratual, inclusive para demandas urgentes;
- o) Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, sem prévia e expressa autorização da Administração;
- p) Comunicar à Administração qualquer irregularidade, anormalidade ou situação que possa comprometer a execução dos serviços;
- q) Zelar pela organização, limpeza e segurança dos locais onde os serviços forem executados;
- r) Cumprir todas as demais obrigações previstas na legislação vigente e no instrumento contratual.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Contratante obriga-se a:





- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas deste Termo de Referência, do contrato e da legislação vigente;
- b) Designar servidor responsável para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- c) Fornecer à contratada todas as informações necessárias à execução dos serviços, incluindo a indicação dos locais, prioridades e orientações técnicas pertinentes;
- d) Solicitar a execução dos serviços conforme a necessidade da Administração, mediante comunicação prévia, inclusive em situações emergenciais, por meio de solicitação formal ou emissão de ordem de serviço;
- e) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- f) Receber os serviços executados, provisória e definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações;
- g) Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam corrigidas;
- h) Efetuar o pagamento à contratada no prazo e condições estabelecidas, após o recebimento definitivo dos serviços e apresentação da nota fiscal devidamente atestada;
- i) Aplicar as sanções administrativas, quando cabíveis, em caso de descumprimento das obrigações contratuais;
- j) Disponibilizar, quando necessário, os materiais específicos para execução dos serviços, quando estes não forem de responsabilidade da contratada;
- k) Comunicar à contratada quaisquer alterações ou demandas que impactem na execução dos serviços;
- l) Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Termo de Referência e do contrato.

10. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

Conforme Art. 117 na Lei 14.133/21 Para fiscalização do serviço solicitado e o contrato fica responsável:

Nome do Gestor do Contrato: Valdir Sebastião Moreira





Cargo: Secretário de Infraestrutura, Obras e Transportes

Nome do fiscal: Amarildo Pirolli

Cargo: Diretor de Obras

Anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 117 da lei n. 14.133/2021.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação foi apurado com base em pesquisa de preços realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), considerando contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, resultando em valores compatíveis com os praticados no mercado.

Dessa forma, estima-se para a presente contratação o valor total de **R\$ 11.630,00 (onze mil, seiscentos e trinta reais)**, correspondente ao valor unitário de **R\$58,15 (cinquenta e oito reais e quinze centavos) por hora**.

12. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a liquidação da Nota Fiscal, seguindo a ordem cronológica de pagamentos estabelecida no Decreto nº 4.499/2025.

As despesas decorrentes da execução do objeto da presente contratação correrão por conta das dotações previstas na Lei Orçamentária vigente.

Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou documento equivalente no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do serviço.





Constatando-se, junto ao SICAF, quando aplicável, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF, quando aplicável, para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.

Constatando-se, junto ao SICAF, quando aplicável, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF, quando aplicável, para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam adotadas as medidas cabíveis.

Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela não execução do serviço, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF, quando aplicável.

Será interrompida a execução dos serviços com a contratada inadimplente no SICAF, quando aplicável, salvo por motivo de economicidade, segurança ou relevante interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente.





Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

A Contratada optante pelo Simples Nacional, na condição de Microempreendedor Individual (MEI), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos tributos abrangidos por esse regime, devendo apresentar comprovação de sua condição.

No caso de contratação de pessoa física, serão realizadas as retenções legais cabíveis, especialmente quanto à contribuição previdenciária e demais tributos aplicáveis, conforme legislação vigente.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da fórmula legalmente estabelecida.

12.1 Encargos Previdenciários

A Administração Municipal efetuará o recolhimento da contribuição previdenciária patronal correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o valor bruto dos serviços prestados, quando o contratado for Microempreendedor Individual (MEI) ou pessoa física, bem como procederá às retenções legais cabíveis, nos termos da legislação previdenciária vigente.

Os valores relativos aos encargos previdenciários não integram o valor da proposta do contratado, sendo suportados diretamente pela Administração, conforme disposições legais aplicáveis.

13. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O julgamento das propostas será realizado pelo critério de menor preço por item, na modalidade de Pregão Eletrônico com Ata de Registro de Preços, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A dotação orçamentária para suprir essa contratação é a seguinte:

Secretaria: INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES

Fonte: 1500

Reduzido:69

Detalhamento: 33903916 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS E IMÓVEIS

VALOR R\$11.630,00





15. DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

O documento apresentado descreve de maneira adequada o planejamento da contratação, permitindo a avaliação de custos e demandas, definindo a sistemática de suprimento, critérios de aceitação do objeto, deveres do Licitante e da Administração, procedimentos de fiscalização e gerenciamento, prazos de entrega e a possibilidade de sanções administrativas, de forma clara, concisa e objetiva.

Ibiã, 25 de Maio de 2026.

Flavia Araldi Zardo

Diretora de Departamento de Licitações e Contratos

Valdir Sebastião Moreira

Secretário de Infraestrutura, Obras e Transportes





ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PREMILINAR - ETP

1 SETOR REQUISITANTE: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES

2 INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Administração Municipal identificou a necessidade de contratação de profissional ou empresa especializada em serviços de eletricista, com a finalidade de garantir o pleno funcionamento, a segurança e a conformidade técnica das instalações elétricas dos prédios públicos, vias e demais espaços pertencentes ao Município.

As demandas compreendem a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, reparos emergenciais, adequações técnicas, substituição de componentes elétricos, novas instalações, ampliações e ajustes em sistemas elétricos existentes, atividades que exigem mão de obra especializada, devidamente habilitada e em conformidade com as normas técnicas vigentes, especialmente as normas da ABNT e a Norma Regulamentadora NR-10.

Ressalta-se que o Município não dispõe de profissional eletricista em seu quadro permanente de servidores, o que inviabiliza a execução direta desses serviços. Dessa forma, a contratação externa mostra-se indispensável para assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais, a segurança de servidores, usuários e da população em geral, bem como a preservação do patrimônio público.





Destaca-se, ainda, que o Município já promoveu anteriormente dois procedimentos licitatórios visando à contratação do referido objeto. O primeiro certame restou deserto, em razão da ausência de interessados, enquanto o segundo foi declarado fracassado, diante da desclassificação/inabilitação das propostas apresentadas, não sendo possível a efetiva contratação. Diante disso, torna-se necessária a realização de novo procedimento licitatório, sendo esta a terceira tentativa de contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, visando assegurar a continuidade dos serviços públicos, o atendimento das demandas existentes e a seleção de proposta mais vantajosa para a Administração Municipal.

Além disso, a contratação permitirá atendimento ágil às demandas rotineiras e emergenciais, redução de riscos de acidentes elétricos, prevenção de danos materiais e interrupções no funcionamento das unidades públicas, contribuindo para a eficiência administrativa e a adequada prestação dos serviços públicos.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Embora a Administração não possua ainda um Plano de Contratação Anual formalizado, a aquisição deste serviço já é parte do planejamento da Secretaria.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- a) O profissional ou empresa contratada deverá prestar os serviços por horas trabalhadas, conforme demanda da Administração Municipal;
- b) Os serviços prestados abrangerão todos os prédios públicos municipais, incluindo, mas não se limitando, às unidades administrativas, educacionais, de saúde, assistenciais, esportivas, culturais, operacionais e demais instalações pertencentes ou utilizadas pelo Município, bem como os atendimentos elétricos necessários à realização de eventos promovidos, organizados ou apoiados pela Administração Municipal.
- c) Compreendem-se entre os serviços, quando necessário, montagens, adequações, ligações, manutenções, reparos, testes, acompanhamento técnico e desligamentos de sistemas elétricos temporários, incluindo quadros de distribuição, pontos de energia, iluminação provisória e demais estruturas elétricas utilizadas durante eventos, observadas as normas técnicas e de segurança vigentes.





- d) O acionamento do eletricitista ocorrerá sempre que necessário, mediante agendamento prévio, respeitando a disponibilidade contratual, bem como em situações emergenciais, quando caracterizada a urgência para evitar riscos à segurança, prejuízos ao patrimônio público ou interrupção de serviços essenciais;
- e) O contratado deverá possuir qualificação técnica compatível com o objeto, comprovada por meio de documentação pertinente, e estar legalmente habilitado para o exercício da atividade;
- f) Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas vigentes, especialmente as normas da ABNT, a NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, e demais legislações aplicáveis;
- g) Será de inteira responsabilidade da contratada o fornecimento, uso e conservação dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários à execução dos serviços, bem como o cumprimento das normas de segurança do trabalho;
- h) O contratado deverá dispor de ferramentas, equipamentos e materiais básicos indispensáveis à execução dos serviços, **exceto quando o fornecimento de materiais específicos for de responsabilidade do Município, conforme definido no Termo de Referência;**
- i) Os serviços deverão ser executados de forma adequada, eficiente e com qualidade, observando-se os prazos estabelecidos pela Administração, especialmente nos atendimentos emergenciais;
- j) O pagamento será efetuado de forma mensal, **mediante apresentação de relatório detalhado dos serviços executados, contendo datas, locais, descrição das atividades e quantitativo de horas trabalhadas**, acompanhado da respectiva nota fiscal, após atesto do fiscal do contrato;
- k) O contratado deverá manter disponibilidade para atendimento durante a vigência contratual, inclusive para demandas urgentes, conforme condições estabelecidas no contrato;
- l) O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada às penalidades previstas na legislação vigente e no instrumento contratual.
- m) A participação no procedimento de contratação **será permitida exclusivamente a Microempreendedor Individual (MEI) e a pessoa física (contribuinte individual)**, desde que comprovada a habilitação técnica e o atendimento às exigências legais para a execução do objeto;





n) A Administração Municipal assumirá os **encargos previdenciários de sua responsabilidade, especialmente o recolhimento da contribuição previdenciária patronal correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o valor bruto dos serviços prestados**, bem como efetuará as retenções legais previstas na legislação previdenciária vigente.

Justificativa para Restrição da Participação a MEI e Pessoa Física

Considerando a natureza do objeto, caracterizado como serviço comum, de baixa complexidade técnica e executado de forma individualizada, por demanda e sem dedicação exclusiva, conclui-se que a execução dos serviços de eletricitista não exige estrutura empresarial complexa ou equipe técnica ampliada.

Verifica-se, ainda, que, no mercado local e regional, tais serviços são predominantemente ofertados por profissionais autônomos (pessoa física) e Microempreendedores Individuais (MEI), sendo esta a forma mais usual de prestação desse tipo de serviço à Administração Pública.

A exigência de participação de empresas de maior porte mostrar-se-ia desproporcional ao objeto, podendo, inclusive, restringir a competitividade e afastar potenciais interessados, em afronta aos princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a limitação da participação a pessoa física e Microempreendedor Individual (MEI) encontra-se devidamente justificada sob os aspectos técnico, econômico e de interesse público, atendendo ao disposto nos arts. 11, 18 e 23 da Lei nº 14.133/2021.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Considerando que não é possível prever com exatidão a quantidade de horas de serviços elétricos que serão demandadas ao longo da vigência contratual, em razão da natureza eventual e variável das necessidades da Administração Municipal, opta-se pela formalização de Ata de Registro de Preços.

Para fins de planejamento e estimativa inicial, **prevê-se a contratação de até 200 (duzentas) horas de serviços**, a serem executadas por **01 (um) profissional eletricitista devidamente habilitado**, conforme as demandas que surgirem durante o período de vigência da ata, sem obrigação de consumo integral do quantitativo estimado.



**5. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

3 A pesquisa de preços foi atualizada com base em valores obtidos junto ao Banco de Preços, ferramenta que consolida dados de contratações públicas em âmbito nacional, permitindo maior amplitude e confiabilidade na verificação dos valores praticados no mercado, em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

4

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Os valores considerados encontram-se demonstrados na tabela estimativa a seguir, a qual serviu como parâmetro para definição do valor estimado da contratação, observando-se os princípios da economicidade e da razoabilidade.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	TIPO DO ITEM (*)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços de eletricista habilitado , a ser executada por Microempreendedor Individual (MEI) ou pessoa física legalmente habilitada , para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalações, reparos, adequações e atendimentos emergenciais em sistemas elétricos dos prédios, equipamentos e espaços públicos municipais, conforme demanda das Secretarias Municipais e observância das normas técnicas vigentes.	SERVIÇO	200	HORAS	R\$58,15	R\$11.630,00
					TOTAL	R\$11.630,00

(*) *Materiais; serviços; obras; serviços de engenharia; bens permanentes.*





6.1 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A dotação orçamentária para suprir essa contratação é a seguinte:

Secretaria: INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES

Fonte: 1500

Reduzido:69

Detalhamento: 33903916 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS E IMÓVEIS

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de serviços de eletricitista habilitado, a serem prestados por Microempreendedor Individual (MEI) ou pessoa física (contribuinte individual), de forma contínua e sob demanda, conforme as necessidades da Administração Municipal.

A contratação por meio de serviços executados por hora trabalhada, mediante acionamento prévio ou em situações emergenciais, mostra-se a alternativa mais adequada para atender às demandas variáveis e imprevisíveis relacionadas à manutenção das instalações elétricas dos prédios e espaços públicos municipais.

Tal solução permite maior flexibilidade operacional, possibilitando à Administração acionar o profissional apenas quando houver necessidade efetiva, sem obrigatoriedade de consumo mínimo, assegurando economicidade, eficiência administrativa e adequada gestão dos recursos públicos.

Além disso, a opção por contratação de MEI ou pessoa física revela-se compatível com a natureza simples e comum do objeto, bem como com a realidade do mercado local, garantindo atendimento ágil às demandas, continuidade dos serviços públicos essenciais e observância aos princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

O parcelamento do objeto não se mostra técnica nem operacionalmente viável, uma vez que a contratação refere-se à prestação de serviços especializados de eletricitista, os quais demandam execução integrada, padronização dos





procedimentos, responsabilidade técnica contínua e uniformidade na qualidade dos serviços prestados.

A eventual divisão do objeto entre diferentes prestadores poderia comprometer a eficiência da execução, dificultar a gestão, fiscalização e responsabilização técnica, além de gerar riscos à segurança das instalações elétricas dos prédios públicos. Dessa forma, a contratação de forma unificada, por meio de Ata de Registro de Preços, revela-se a solução mais adequada, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e do interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a presente contratação, pretende-se assegurar a manutenção adequada, segura e contínua das instalações elétricas dos prédios públicos municipais, garantindo o pleno funcionamento dos serviços públicos e a segurança de servidores, usuários e do patrimônio público.

Espera-se, ainda, obter agilidade no atendimento das demandas elétricas, redução de riscos de falhas e interrupções no fornecimento de energia, bem como a otimização dos recursos públicos, mediante a contratação sob demanda, com pagamento apenas pelos serviços efetivamente executados. A adoção da Ata de Registro de Preços visa proporcionar maior eficiência administrativa, previsibilidade de custos e melhoria na qualidade dos serviços prestados.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não serão necessárias providências prévias ao contrato.

5 INDICAÇÃO DO FISCAL DO CONTRATO:

Nome completo do(a) fiscal: AMARILDO PIROLI

Contato: (49) 9 9994-3632

6 INDICAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO:

Nome Completo do Gestor do Contrato: VALDIR SEBASTIÃO MOREIRA

Cargo: SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES





11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade desta demanda

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Não há previsão de impacto ambiental significativo resultante desta contratação

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante do exposto, verifica-se que o estudo preliminar evidencia que a contratação é tecnicamente possível e adequada às necessidades desta Administração.

Por fim, havendo a previsão e viabilidade financeira, entende-se como **viável e razoável** a contratação por meio de licitação, mediante o levantamento da necessidade da Secretaria de Infraestrutura, Obras e Transportes descrito neste ETP, para atender ao interesse público.

Ibiã, 25 de maio de 2026.

Amarildo Pirolli

Diretor de Obras

Valdir Sebastião Moreira

Secretário de Infraestrutura, Obras e Transportes





ANEXO III

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 93/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026**

MODELO PROPOSTA DE PREÇO

RAZÃO SOCIAL:.....

CNPJ:.....

INSC. ESTADUAL:.....

ENDEREÇO:.....

E-MAIL:.....

TELEFONE;

BANCO:

AGENCIA:

CONTA CORRENTE:.....

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	Preço Unitário	Preço Total

Total Geral:

Validade mínima da proposta 60(sessenta dias) dias

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa

ANEXO IV





**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto:

_____.

Ao Pregoeiro e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Ibiã/SC

O(a) signatário(a) abaixo identificado(a), na qualidade de participante do presente certame, declara, para todos os fins legais, especialmente para atendimento às exigências da Lei nº 14.133/2021, que:

1. HABILITAÇÃO

a) Cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no edital;

2. CIÊNCIA E ACEITAÇÃO

b) Está ciente e concorda integralmente com todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos;

3. IDONEIDADE

c) Não está impedido de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente;

4. TRABALHO DE MENORES

d) Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

5. CAPACIDADE TÉCNICA





e) Possui qualificação técnica para execução dos serviços objeto desta licitação;

6. NORMAS DE SEGURANÇA

f) Possui conhecimento e se compromete a cumprir as normas de segurança aplicáveis, especialmente:

- NR-10;
- NR-35;

7. FORMA DE EXECUÇÃO

g) Está ciente de que os serviços serão prestados por hora trabalhada, conforme regras estabelecidas no edital e Termo de Referência;

8. CONDIÇÃO DO PARTICIPANTE

h) Declara que se enquadra como:

☐ **Pessoa Física legalmente habilitada**

☐ **Microempreendedor Individual (MEI)** regularmente inscrito no CNPJ

9. RESPONSABILIDADE

i) Compromete-se a manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas;

10. RESPONSÁVEL PELO CONTRATO

j) Indica como responsável pela execução contratual:

Nome: _____

CPF: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

11. DADOS PARA CONTATO

k) Declara os seguintes dados para comunicações oficiais:

Endereço: _____

Cidade/UF: _____





Telefone: _____

E-mail: _____

Compromete-se a manter os dados atualizados, sob pena de ser considerado validamente notificado nos dados informados.

12. DADOS BANCÁRIOS

1) Para fins de pagamento:

Banco: _____

Agência: _____

Conta: _____

13. VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES

m) Declara que todas as informações prestadas são verdadeiras, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

Local e data: _____

Nome: _____

Assinatura: _____

CPF/CNPJ: _____





ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 93/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026

No dia X do XXXXX de XXXXX do ano de 2026 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.745/0001-74, com sede administrativa localizada na Tv. Leoniza Carvalho Agostini., 20, bairro Centro, CEP nº 89652000, nesta cidade de Ibiã, SC, representado pelo Prefeito em exercício, o Sr(a) CAMILO CEZAR MINOSSO GATTI inscrito no cpf sob o nº 061.xxx.xxx-36, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 30/2026, Processo licitatório nº 93/2026 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) **Registro de Preços para contratação de profissional eletricista habilitado, na condição de Microempreendedor Individual (MEI) ou pessoa física legalmente habilitada, para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalações, reparos, adequações, ampliações e atendimentos emergenciais em sistemas elétricos, a serem realizados nos prédios, equipamentos, vias públicas e demais espaços pertencentes ou utilizados pelo Município de Ibiã/SC, em conformidade com as especificações constantes no Edital.**

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa Itens _____

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela lei 14.133/2021, Art. 6, XLI, bem como pelo

Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s) CNPJ / CPF Nome do Representante CPF

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:





Registro de Preços para contratação de profissional eletricista habilitado, na condição de Microempreendedor Individual (MEI) ou pessoa física legalmente habilitada, para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalações, reparos, adequações, ampliações e atendimentos emergenciais em sistemas elétricos, a serem realizados nos prédios, equipamentos, vias públicas e demais espaços pertencentes ou utilizados pelo Município de Ibiã/SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, conforme permite o artigo 82, §5º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.





2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do Ata de Registro de Preços será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, nos termos do artigo 82, §5º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.





2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLAÚSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos Ata de Registro de Preços/Contratos, obedecida o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021., quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, obedecidas as modalidades de contratação dispostas na Lei 14.133/2021, bem como as disposições do instrumento convocatório, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.





CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal.

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de ofício” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;





5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão

Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.6. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.7. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.9. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:





6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.





7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, obedecidas as modalidades de contratação dispostas na Lei 14.133/2021, bem como as disposições do instrumento convocatório, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133 de 2021 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.





7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 25 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 95, da Lei n. 14.133 de 2021.





CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

10.1. O descumprimento das obrigações assumidas sujeitará o contratado às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

I – Advertência, quando constatadas irregularidades de menor gravidade;

II- Multa, nos seguintes termos:

a) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, em caso de inexecução total;

b) multa de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, limitada ao máximo de 10%;

III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

10.3. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme a gravidade da infração.

10.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a natureza e a gravidade da infração;
- os danos causados à Administração;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os antecedentes do contratado;

10.5. A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.6. As penalidades aplicadas serão registradas nos sistemas de cadastro e controle da Administração.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EFICÁCIA

11.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

Folha Nº _____

Rubrica _____

CONTRATANTE

CAMILO CEZAR MINOSSO GATTI

Prefeito Municipal

CONTRATADA

PROPONENTE

VENCEDOR

CNPJ.....

